



XINGU RIO

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 23.093.056/0001-33

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("XRTE" ou "Sociedade") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2022.

1) A SOCIEDADE

A Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("Sociedade" ou "XRTE"), foi constituída em 07 de agosto de 2015 e é uma sociedade anônima fechada, de capital privado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). A Sociedade é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), esta que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, por meio da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas). Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Sociedade espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados técnicos da concessão:

Extensão de linhas em km:	2.792,29
Tensão em kV:	800/500
Subestações próprias/acessadas:	3

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita: O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 1.577.545.572 para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023 e R\$ 1.411.911.255 para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

	2022	2021
• Liquidez geral	1,44	1,51
• Liquidez corrente	3,27	4,30
• Relação patrimônio líquido/ativo	30,69%	33,75%
• Relação passivo não circulante/ativo	65,26%	62,48%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	13,99%	10,57%
• Relação lucro operacional/Patr. Líquido	37,77%	36,45%
Ativos totais - R\$	13.339.021.034	13.492.879.191
Lucro líquido do exercício - R\$	572.612.767	481.357.327

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Praticamos um diálogo direto com nossos acionistas e, para fortalecer o relacionamento com as partes interessadas no negócio, em 2022, nos aprofundamos em avaliar nossa estrutura de governança. Demos sequência ao trabalho iniciado em 2021 e, neste ano, concluímos o Planejamento Estratégico (PE). Desta forma, temos uma visão de longo prazo dos negócios e da organização interna. Somados ao PE, iniciamos a elaboração de instrumentos que irão compor a estrutura de governança após a criação do Conselho de Administração, como o Regimento Interno do Conselho e o Regimento Interno da Diretoria. Evoluímos na estruturação dos nove Comitês de Assessoramento, que estarão ligados ao órgão deliberativo e irão dispor de regimentos internos próprios. Criamos, também, instâncias, como a área dedicada ao ESG, que impulsionou relevantes medidas como a viabilização das debentures verdes na implantação da Silvéria Transmissora de Energia (STE); a mensuração das emissões de gases-estufa, bem como a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas. **Gestão de Riscos:** Agimos de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes. Nesse sentido, a gestão de riscos constitui um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e permeia desde a elaboração de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho. Dispomos de uma área dedicada, com a premissa de manter a capacidade de funcionamento de nossa infraestrutura conforme exigentes padrões de qualidade, visando à segurança de colaboradores e comunidades locais e a conservação do meio ambiente. Para isso, identificamos, avaliamos, tratamos e monitoramos os riscos técnicos e administrativos de nossas atividades e processos. **Ética, Transparência e Compliance:** Nossas práticas de ética e compliance estão expressas no Código de Ética e Conduta, existente desde 2020. O documento apresenta nosso compromisso de respeito à legislação local e internacional, bem como nossos valores corporativos de estabelecer relações baseadas em integridade, diálogo e transparência com todos os públicos. Como medida de atualização e conscientização dos profissionais, anualmente, todos os colaboradores assinam e concordam formalmente em praticar as premissas firmadas no Código de Ética e Conduta. Com o objetivo de centralizar a condução do tema, em 2022, criamos a divisão de Riscos, Compliance e Auditoria Interna (RCA). Como medida de disseminação interna da prática de conduta ética e compliance, são oferecidos cursos presenciais, tanto para as equipes da sede corporativa como nas regionais; treinamentos online e pilulas mensais de compliance sobre temas atuais são difundidos por e-mail, como a privacidade e proteção de dados, diversidade e inclusão e prevenção ao assédio moral no ambiente de trabalho. A Divisão de Compliance também realiza o acompanhamento dos relatos recebidos no Canal de Ética. Este importante canal é gerido por terceira parte independente, que analisa o conteúdo dos relatos e, quando fundamentados, os encaminha à Divisão de Compliance que conduz todas as investigações em caráter confidencial e as reporta ao Comitê de Ética. Casos de preocupações críticas são levados ao

Comitê Sênior de Gestão, mais alto órgão de governança. Em 2022 não foram identificadas preocupações críticas ao negócio da Companhia. Além disso, com relação a gestão de riscos, a Companhia age de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes. Nesse sentido, a gestão de riscos constitui um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e permeia desde a elaboração de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho. Em 2021 também iniciou suas atividades centralizadas de controles internos e mapeamento de processos corporativos e realizou sua primeira auditoria interna com equipe própria local. Em meados de 2022, a Companhia deu mais um grande e significativo passo na jornada ESG, com a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), demonstrando que seu compromisso vai muito além da segurança operacional, e que suas práticas de meio ambiente, sustentabilidade e governança estarão cada vez mais alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o compromisso da Companhia de transmitir energia de forma sustentável e transparente, gerando valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade. Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. O Grupo também participa de ações sociais junto a Sociedade. Para isso, investimos recursos próprios e incentivamos em projetos que promovem a sociedade onde atuamos nos aspectos de emprego e renda, cultura, esporte, saúde e educação. No total, participamos de 11 projetos ou ações que valorizam a população e colocam as comunidades no papel de protagonistas, buscando implementar mecanismos de continuidade, no longo prazo, das iniciativas promovidas. Os projetos incentivados no âmbito das leis de incentivo federais são apoiados de forma continuada pelo Grupo que promove ações internas de engajamento entre seus colaboradores para também incentivar o voluntariado.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Sociedade e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2023

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
			(Reapresentado)
Receita operacional líquida	16	1.685.636.734	1.754.305.792
Custo de operação	17	(115.736.294)	(71.183.168)
Lucro bruto		1.569.900.440	1.683.122.624
Despesas gerais e administrativas	18	(50.929.971)	(18.964.732)
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas	19	27.354.228	(4.164.237)
Resultado antes do resultado financeiro		1.546.324.697	1.659.993.655
Resultado financeiro	20	(709.265.257)	(896.631.670)
Receitas financeiras		44.898.747	27.923.704
Despesas financeiras		(754.164.004)	(924.555.374)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		837.059.440	763.361.985
IRPJ e CSLL correntes	21	(87.643.174)	18.884.236
IRPJ e CSLL diferidos	21	(176.803.499)	(300.888.895)
Lucro líquido do exercício		572.612.767	481.357.326

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
		(Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	572.612.767	481.357.326
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	572.612.767	481.357.326

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
			(Reapresentado)

Fluxo de caixa das atividades operacionais

Lucro líquido do exercício antes dos impostos 837.059.440 763.361.985

Itens de resultado que não afetam o caixa

Juros e variações monetárias dos empréstimos 12 748.026.847 918.656.151

Depreciação e amortização 680.840 789.839

Baixa de imobilizado e intangível 284 -

Rendimento títulos e valores mobiliários (9.344.002) (1.971.513)

Provisão para perda de crédito esperada 7 9.173.206 (197.881)

Provisão para contingência 14 878.496 1.826.236

Outras provisões - compensação ambiental 1.238.284 2.658.791

Custo de transação de financiamento 12 2.060.367 (27.086.250)

(Aumento) redução nos ativos operacionais

Concessionárias e permissionárias 7 (18.991.534) (13.195.114)

Contas a receber - partes relacionadas (7.12.602) 10.073

Ativo de contrato 10 (224.228.216) (471.997.513)

Estoques (4.033.409) (7.527.232)

Títulos e valores mobiliários 1.570.448 870.022

Imposto de renda e contribuição social a recuperar (1.927.029) (39.092.468)

Outros impostos a recuperar (3.866.806) 6.986.746

Adiantamentos a fornecedores e empregados (155.977) 222.736

Imobilizado e intangível - 37.660

Despesas antecipadas 1.816.518 (3.444.934)

Outros ativos (566.679) (7.447.800)

Aumento (redução) nos passivos operacionais

Fornecedores terceiros e partes relacionadas (16.570.177) (37.600.184)

Tributos e contribuições sociais 138.965.808 224.711.129

Taxas regulamentares 6.003.663 (1.324.714)

Outros passivos 1.158.164 (176.954)

Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais 1.468.235.934 1.309.068.811

Compensação ambiental (10.554.720) (9.450.287)

Imposto de renda e Contribuição social pagos (46.067.195) (53.647.998)

Outros impostos pagos (155.500.807) (152.973.483)

Juros pagos 12 (358.704.938) (439.673.899)

Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais 897.408.274 653.323.144

Fluxo de caixa das atividades de investimento

Aquisição de imobilizado e intangível (194.934) (470.256)

Aplicação de Títulos e valores mobiliários (105.185.805) (465.642.637)

Resgate de Títulos e valores mobiliários 91.638.929 454.508.516

Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento (13.741.810) (11.604.377)

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Empréstimo captados 12 - 1.100.000.000

Empréstimo pagos 12 (271.721.915) (1.153.866.052)

Dividendos pagos 15 (1.012.553.590) (50.064.523)

Juros sobre capital próprio pagos 15 (17.575.883) (147.700.962)

Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento (1.301.851.388) (251.631.537)

(Redução)/Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa (418.184.924) 390.087.230

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 610.338.736 220.251.506

Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício 192.153.812 610.338.736

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021		Nota	31/12/2022	31/12/2021
			(Reapresentado)				(Reapresentado)
Ativo				Passivo			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	192.153.812	610.338.736	Fornecedores - terceiros	11	158.987.324	204.761.781
Concessionárias e permissionárias	7	162.340.592	152.522.264	Fornecedores - partes relacionadas	22	29.241.680	37.400
Contas a receber - partes relacionadas	22	722.878	10.276	Empréstimos e financiamentos - Terceiros	12	313.342.266	277.020.513
Estoques		13.188.817	9.155.408	Imposto de renda e contribuição social a pagar		3.423.891	-
Adiantamento a fornecedores		2.037.244	1.881.268	Outros impostos a pagar		14.914.826	12.365.113
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	47.366.982	45.439.953	Taxas regulamentares		13.345.960	7.342.297
Outros impostos a recuperar	9	5.035.209	1.168.403	Outros passivos circulantes		7.550.883	6.392.722
Despesas antecipadas		4.128.172	5.944.693			540.806.830	507.919.826
Ativos de contrato	10	1.330.831.640	1.353.519.650	Passivo não circulante			
Outros ativos circulantes		8.029.266	1.901.966	Empréstimos e financiamentos - Terceiros	12	6.258.802.762	6.175.464.154
		1.765.834.612	2.181.882.617	Impostos diferidos	13	2.429.324.190	2.230.351.688
Ativo não circulante				Outras provisões - compensação ambiental		13.600.754	22.917.189
Títulos e valores imobiliários	8	160.422.521	139.102.092	Provisão para contingências	14	2.806.687	1.928.191
Ativos de contrato	10	11.406.175.542	11.159.259.316			8.704.534.393	8.430.661.222
Imobilizado		965.633	938.092	Patrimônio líquido	15		
Intangível		954.401	1.468.133	Capital social		2.291.001.000	2.291.001.000
Outros ativos não circulantes		4.668.325	10.228.941	Reserva legal		125.020.466	96.389.828
		11.573.186.422	11.310.996.574	Reserva de lucros		1.619.407.885	2.133.692.813
Total do ativo		13.339.021.034	13.492.879.191	Reserva de incentivos fiscais		58.250.460	33.214.502
						4.093.679.811	4.554.298.143
				Total do passivo e do patrimônio líquido		13.339.021.034	13.492.879.191

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva especial de lucros a realizar	Reserva de lucros Retenção de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Originalmente apresentado)	2.771.001.000	(480.000.000)	67.931.488	676.330.948	1.020.440.802	37.647.579	-	4.093.351.817
Ajuste de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais	-	-	-	-	-	-	87.809.478	87.809.478
Constituição de reserva legal	-	-	4.390.474	-	-	-	(4.390.474)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (nota explicativa 15)	-	-	-	-	83.419.004	-	(83.419.004)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	2.771.001.000	(480.000.000)	72.321.962	676.330.948	1.103.859.806	37.647.579	-	4.181.161.295
Redução de capital (nota explicativa 15)	(480.000.000)	480.000.000	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	481.357.326	481.357.326
Constituição de reserva legal (nota explicativa 15)	-	-	24.067.866	-	-	-	(24.067.866)	-
Provisão de incentivos fiscais SUDAM (nota explicativa 15)	-							



XINGU RIO

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 23.093.056/0001-33



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

a Companhia teve a sua entrada em operação com recebimento de 100% da RAP através do TLD (termo de liberação definitiva) TDLONS/620/10/2019 emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). **1.2 Receita anual permitida (RAP):** A RAP foi determinada em R\$988.030.985 (valor histórico estabelecido conforme o contrato de concessão) e é anualmente reajustada pelo IPCA. Em 14 de julho de 2020, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 1.255.776.241 (um bilhão, duzentos e cinquenta e cinco milhões, setecentos e setenta e seis mil e duzentos e quarenta e um reais) para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021. Em 22 de Junho de 2021, a ANEEL, através da resolução homologatória nº 2.882/2021, homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida - RAP dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia, com um índice de reposicionamento nominal de 12,4%. Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 1.411.911.255 (um bilhão, quatrocentos e onze milhões, novecentos e onze mil e duzentos e cinquenta e cinco reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022. Em 12 de julho de 2022, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 1.577.545.572 (um bilhão, quinhentos e setenta e sete milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e setenta e dois reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023. A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 10 de abril de 2023. **2.2 Uso de estimativas e julgamentos:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, estimativa decorrente do ativo diferido sobre prejuízos fiscais, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impostos diferidos. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.3 Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.4 Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2 Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para Perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros: • Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber; • Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos; • Existência de garantia; • Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas; • Análise de devedores em falência. Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias. **3.3 Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4 Ativo de concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. **Ativo de contrato:** O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um "ativo contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as

concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão são registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.5 Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seus resultados registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.6 Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **3.7 Provisão para redução ao valor recuperável (impairment):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.8 Impostos: Impostos incidente sobre a receita da transmissão de energia elétrica:** As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS - Programa de Integração Social, com alíquota de 1,65%, e à COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 7,6%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como reductor da Receita Bruta da Atividade. **Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL) - Impostos Correntes:** A tributação pela sistemática do Lucro Real considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais) no ano e a CSLL à alíquota de 9%. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **3.9 Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.11 Ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.12 Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.13 Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: (a) **Receita de construção** - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. (b) **Remuneração do ativo contratual de concessão** - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. (c) **Receita de operação e manutenção** - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.14 Instrumentos financeiros: a. Ativos financeiros: Classificação e mensuração** - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma: • **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA")** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo

recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. • **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. **b. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.15 Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.16 Transações com partes relacionadas:** As transações de contas a pagar e a receber com partes relacionadas, como prestação de serviços, são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS COMPARATIVOS

No exercício de 2022, a Companhia envolveu-se em discussão técnica contábil em relação aos impactos da Revisão Tarifária Periódica ("RTP") no cálculo do CPC47 / IFRS 15 - Ativo de Contrato. A Companhia revisou a metodologia utilizada decorrente dos impactos da Revisão Tarifária Periódica ("RTP") e identificou-se a necessidade de mudança na projeção do RAP pelos próximos 5 anos, a partir de 2021, devido ao efeito da RTP nesse ciclo. Diante disso, como consequência dos ajustes de premissas no CPC47/ IFRS 15 - Ativo de Contrato, houve a necessidade de alteração também nos cálculos dos impostos diferidos e houve também correção da base de prejuízos fiscais. Adicionalmente, conforme as orientações emanadas pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro", a Companhia procedeu com a reapresentação de forma retrospectiva decorrente de erro identificado na aplicação das premissas utilizadas na mensuração do ativo de contrato, do seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A seguir os impactos dos ajustes em 31 de dezembro de 2021:

Balanco patrimonial	Ref.	(Original)	Ajustes	31/12/2021 (Ajustado)
Ativo				
Ativo circulante				
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(i)	46.222.405	(782.452)	45.439.953
Ativos de contrato	(i)	1.275.216.345	78.303.305	1.353.519.650
Demais ativos circulantes não impactados		782.923.014	-	782.923.014
		2.104.361.764	77.520.853	2.181.882.617
Ativo não circulante				
Ativos de contrato	(i)	11.084.112.394	75.146.922	11.159.259.316
Demais ativos não circulantes não impactados		151.737.258	-	151.737.258
		11.235.849.652	75.146.922	11.310.996.574
Total do ativo		13.340.211.416	152.667.775	13.492.879.191
Balanco patrimonial	Ref.	(Original)	Ajustes	(Ajustado)

Balanco patrimonial	Ref.	(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Passivo				
Passivo circulante				
Passivos circulantes não impactados		507.919.826	-	507.919.826
		507.919.826	-	507.919.826
Passivo não circulante				
Impostos diferidos	(i) (ii)	2.258.887.139	(28.535.451)	2.230.351.688
Demais passivos não circulantes não impactados		6.200.309.534	-	6.200.309.534
		8.459.196.673	(28.535.451)	8.430.661.222
Patrimônio líquido				
Capital social		2.291.001.000	-	2.291.001.000
Reserva legal	(i)	87.329.667	9.060.161	96.389.828
	(i) e (ii)	1.960.759.130	172.933.683	2.133.692.813
Reserva de lucros	(iii)			
Reserva de incentivos fiscais	(i)	34.005.120	(790.618)	33.214.502
		4.373.094.917	181.203.226	4.554.298.143

Total do passivo e do patrimônio líquido	Ref.	(Original)	Ajustes	31/12/2021 (Ajustado)
Demonstração do resultado				
Receita operacional líquida	(i)	1.615.049.711	139.256.081	1.754.305.792
Outros	(ii)	(990.153.189)	(790.618)	(990.943.807)
IRPJ e CSLL correntes	(i)	18.876.070	8.166	18.884.236
IRPJ e CSLL diferidos	(i) e (ii)	(255.809.014)	(45.079.881)	(300.888.895)
Lucro líquido do exercício		387.963.578	93.393.748	481.357.326
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Ref.	(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Capital social		2.291.001.000	-	2.291.001.000
Reserva legal	(i)	87.329.667	9.060.161	96.389.828
Reserva de lucros	(i) e (iii)	1.960.759.130	172.933.683	2.133.692.813
Reserva de incentivos fiscais	(i)	34.005.120	(790.618)	33.214.502
		4.373.094.917	181.203.226	4.554.298.143

Demonstração do fluxo de caixa	Ref.	(Original)	Ajustes	31/12/2021 (Ajustado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício antes dos impostos	(i)	624.896.522	138.465.463	763.361.985
Itens de resultado que não afetam o caixa		894.675.373	-	894.675.373
Aumento nos ativos operacionais	(i)	(381.910.049)	(152.667.775)	(534.577.824)
Redução nos passivos operacionais	(i)	171.406.965	14.202.312	185.609.277
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		1.309.068.811	-	1.309.068.811
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		653.323.144	-	653.323.144
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		(11.604.377)	-	(11.604.377)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento		(251.631.537)	-	(251.631.537)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		390.087.230	-	390.087.230

(i) Impacto do recálculo do IFRS 15 - ativo de contrato devido a Revisão Tarifária Periódica ("RTP"). (ii) Impacto pela correção da base de prejuízos fiscais no resultado corrente. (iii) A Companhia identificou um erro de período anterior no cálculo dos impostos diferidos ativos devido a inconsistências entre suas obrigações acessórias e os registros contábeis efetuados. A Companhia efetuou a correção de sua base de prejuízo fiscal, resultando no

continua ★





XINGU RIO

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 23.093.056/0001-33



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

reconhecimento de um ativo fiscal diferido de R\$ 87 milhões sobre os saldos iniciais de 2020 no patrimônio líquido e R\$ 7 milhões no resultado de 2021. A Companhia concluiu que o impacto dos períodos anteriores não teve efeito material nas demonstrações financeiras e não está apresentando terceira coluna, de acordo com os requisitos do IAS 1.40A.

5. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **(a) Classificação de Passivos como Circulantes ou não Circulantes** - (alteração do CPC 26 (R1)) - As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao CPC 26 (R1) e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma está sujeita a desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial. A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros. **(b) Definição de Política Contábil de "estimativas contábeis"** - (alteração do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro): A alteração na norma tem objetivo de mudar o conceito de "estimativas contábeis" no lugar de "mudança nas estimativas contábeis", destacando o conceito de estimativa e suas normas aplicáveis. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia avaliou as alterações contidas no referido CPC e não foi identificado nenhum impacto nas avaliações internas sobre apurações das estimativas para 31 de dezembro de 2022. **(c) Divulgações de Políticas Contábeis** - (alterações ao CPCs 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros, CPC 49 - Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria e CPC 21 - Demonstração Intermediária): A mudança se refere a inclusão da definição de "políticas contábeis" e a substituição deste termo para "informação de política contábil", a atrelando a materialidade de seus saldos e sua razoabilidade na influência nas decisões que os principais usuários das demonstrações contábeis para fins gerais tomam com base. Caso a entidade entender que precise divulgar informações de política contábil materiais, tais informações não devem obscurecer as informações de política contábil relevantes; e informar nas demonstrações contábeis a conclusão da entidade de que as informações de política contábil são materiais e não afetam os requisitos de divulgação relacionados estabelecidos em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022. **(d) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação** - (alteração no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro): A alteração deste pronunciamento técnico se refere ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo diferido onde deve ser levado em conta se há ocorrência de diferença temporária igualmente tributável e dedutível, sendo estes decorrentes a uma única transação para transações que ocorram em ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022. **(e) Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) Adiamento da Isenção temporária do CPC 48 no CPC 11 - Contratos de Seguro (alterações dos CPC 48/ IFRS 9 e CPC 11); (ii) Alterações na norma internacional IFRS 17 - Insurance Contracts (alteração ao CPC 50 - Contratos de Seguro). Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. Quantos aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos	59.804.217	94.691.578
Aplicações financeiras (i)	132.349.595	515.647.158
	192.153.812	610.338.736

(i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e o saldo da conta reserva do BNDES e das Debêntures em um Fundo de Investimento conforme autorizado no contrato assinado entre as partes. Os CDBs e o Fundo de Investimento podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e obteve uma remuneração média de 102,81% do CDI em 2022 e de 104,48% do CDI em 2021. A Companhia teve maiores receitas referentes ao reajuste anual de RAP e correção da inflação, apesar disto, a redução no período foi decorrente principalmente a maiores pagamentos de dividendos no exercício de 2022, o que justifica menores valores aplicados.

7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer (i)	160.305.321	145.943.290
Vencidas até 30 dias (ii)	287.589	5.590.045
Vencidas até 60 dias	106.256	13.929
Vencidas até 90 dias	200.493	10.887
Vencidas há mais de 90 dias (iii)	12.223.654	2.573.628
	173.123.313	154.131.779

Provisão para perda de crédito esperada (PCE) (iii) (10.782.721) (1.609.515)

162.340.592 152.522.264

(i) Variação refere-se principalmente no aumento da receita permitida no ciclo 2022/2023 comparado ao exercício de 2021 conforme planilha da ONS. (ii) Variação refere-se no recebimento em 2022 da receita de CDE da CCEE de 2021. Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(1.609.515)	(1.807.396)
Reversão	42.908	204.020
Adição (iii)	(9.216.114)	(6.139)
Saldo final	(10.782.721)	(1.609.515)

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2022	31/12/2021
Conta reserva - Financiamentos (i)	160.422.521	139.102.092
	160.422.521	139.102.092

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 12). (i) Durante todo o prazo do contrato, caso a XRTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,3 (um inteiro e três décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,3 (um inteiro e três décimos), a XRTE deve preencher a conta reserva com valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da conta reserva atende a referida obrigação de manter três vezes o valor do pagamento de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato de financiamento com o BNDES.

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		
IRPJ saldo negativo (i)	32.930.312	31.027.330
CSLL saldo negativo (i)	14.426.295	14.406.297
IRRF a recuperar	10.375	6.326
	47.366.982	45.439.953
Outros impostos a recuperar		
IRRF sobre aplicação financeira (ii)	2.672.554	-
IRRF retido de clientes (ii)	807.770	-
INSS	846.954	683.522
PIS a recuperar	73.390	73.390
COFINS a recuperar	329.259	329.259
Outros	305.282	82.232
	5.035.209	1.168.403

(i) Variação refere-se a constituição de saldo negativo de IRPJ e CSLL do ano de 2022 após envio da ECF do mesmo período. (ii) Variação refere-se a

não utilização dos créditos de IRRF sobre aplicação financeira no exercício de 2022. Esses créditos só serão utilizados em 2023.

10. ATIVO DE CONTRATO

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	1.330.831.640	1.353.519.650
Não circulante	11.406.175.542	11.159.259.316
	12.737.007.182	12.512.778.966

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022 está assim apresentada: Saldo em 31 de dezembro de 2020 12.040.781.453
 Receita de O&M (i) 256.413.283
 Receita de remuneração (ii) 1.490.826.098
 Recebimentos (iii) (1.263.311.663)
 Imobilizado em curso (iv) (11.930.205)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado) 12.512.778.966
 Circulante 1.353.519.650
 Não circulante 11.159.259.316
 Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado) 12.512.778.966
 Receita de O&M (i) 284.772.342
 Receita de remuneração (ii) 1.535.749.496
 Recebimentos (iii) (1.580.856.952)
 Imobilizado em curso (iv) (15.436.670)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 12.737.007.182
 Circulante 1.330.831.640
 Não circulante 11.406.175.542

(i) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção. (ii) Variação devido ao aumento do saldo de ativo contratual que consequentemente aumenta a receita de remuneração. (iii) Variação refere-se a diferença entre a RAP projetada no modelo mais inflação e a RAP homologada pela ANEEL. (iv) Saldo se refere basicamente a adiantamentos pré-operacionais que serão baixados conforme emissão das notas. O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar. • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. • Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

11. FORNECEDORES

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para encerramento de obra (i)	112.633.101	132.024.138
Fornecedores relacionados à construção (ii)	43.280.161	66.301.471
Gastos ambientais e fundiários	107.956	53.979
Prestadores de serviços	1.640.640	369.134
Outros (iii)	1.325.466	6.013.059
	158.987.324	204.761.781

(i) Variação refere-se a baixa da provisão de encerramento de obra em função de notas fiscais emitidas de fornecedores na fase pré-operacional. As medições continuam sendo realizadas mesmo após a entrada em operação em função do cronograma de pagamentos estabelecidos com os fornecedores. (ii) Variação refere-se a pagamentos de finalização de contratos com Epecistas referente à fase pré operacional. (iii) Variação refere-se a pagamento no exercício de 2022 de apólices de seguros patrimonial e de responsabilidade civil que estavam em aberto em 2021.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a. Total da dívida com terceiros

Descrição	Início	Garan-	Encargos	31/12/2022		31/12/2021	
				mento	tidor		
BNDES subcrédito			IPCA+				
A e B (b)	nov/18	nov/42	SGBH	5,62%	5.373.633.376	5.316.889.243	
BNDES subcrédito			IPCA +				
C (b)	Jun/20	Out/38	SGBH	5,22%	1.396.775	1.360.658	
Debêntures (c)	jul/21	dez/34	SGBH	4,8304%	1.197.114.877	1.134.234.766	
					6.572.145.028	6.452.484.667	
Circulante - terceiros					313.342.266	277.020.513	
Não circulante - terceiros					6.258.802.762	6.175.464.154	
					6.572.145.028	6.452.484.667	

f. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Financiador	Saldo inicial	Juros, variação	Liquidação	Novas	Liquidação	Custo de transação	Saldo final
BNDES	5.318.249.901	622.854.638	(900.489.371)	-	(265.585.017)	-	5.375.030.151
Debêntures	1.134.234.766	125.172.209	(58.215.567)	-	(6.136.898)	2.060.367	1.197.114.877
Total	6.452.484.667	748.026.847	(358.704.938)	-	(271.721.915)	2.060.367	6.572.145.028
Financiador	Saldo inicial	Juros, variação	Liquidação	Novas	Liquidação	Custo de transação	Saldo final
BNDES	5.033.351.090	810.178.052	(284.048.900)	-	(241.230.341)	-	5.318.249.901
Debêntures	-	92.162.911	(25.037.952)	1.100.000.000	(5.803.943)	(27.086.250)	1.134.234.766
SGBH (i)	1.021.103.627	16.315.188	(130.587.047)	-	(906.831.768)	-	-
Total	6.054.454.717	918.656.151	(439.673.899)	1.100.000.000	(1.153.866.052)	(27.086.250)	6.452.484.667

g. Fluxos de pagamentos futuros da dívida (longo prazo):

	2024	2025	2026	2027	2028 - 2042
Amortização	376.737.215	376.737.215	376.737.215	376.737.215	4.751.853.902
	6.258.802.762	6.258.802.762	6.258.802.762	6.258.802.762	6.258.802.762

13. IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS E PASSIVOS

Os tributos diferidos ativos foram constituídos sobre o prejuízo fiscal. Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

	31/12/2022	31/12/2021
IR e CSLL diferidos	(1.255.893.039)	(1.079.089.539)
IR e CSLL diferidos ativo (prejuízo fiscal)	106.138.916	144.089.623
IR diferido passivo	(1.001.494.085)	(899.396.443)
CSLL diferida passiva	(360.537.870)	(323.782.719)
PIS e COFINS diferidos	(1.173.431.151)	(1.151.262.149)
PIS diferido passivo	(209.314.746)	(205.360.275)
COFINS diferido passivo	(964.116.405)	(945.901.874)
	(2.429.324.190)	(2.230.351.688)

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	144.089.623	(2.374.441.311)
Efeitos reconhecidos no resultado PIS e COFINS diferidos	-	(22.169.003)
Efeitos reconhecidos no resultado IR e CSLL diferidos	(37.950.707)	(138.852.792)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	106.138.916	(2.535.463.106)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	72.158.720	(2.044.680.134)
Efeitos reconhecidos no resultado PIS e COFINS diferidos	-	(44.750.857)
Efeitos reconhecidos no resultado IR e CSLL diferidos	71.930.903	(372.819.798)
Efeitos reconhecidos no patrimônio líquido IR e CSLL diferidos	-	87.809.478
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	144.089.623	(2.374.441.311)

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos. A Companhia, constitui provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação

b. BNDES - Direto: Em 01 de novembro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária, foram deliberadas (i) as condições do Contrato de Financiamento de longo prazo firmado entre a XRTE e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), assim como (ii) a celebração do Contrato de Cessão Fiduciária e (iii) celebração do Contrato de Penhor de Ações, como interviniente. As aprovações indicadas referem-se à abertura de crédito direto em favor da XRTE no valor de até R\$ 5.213.550.000 (cinco bilhões, duzentos e treze milhões, quinhentos e cinquenta mil reais), indexado à TLP (IPCA + 3,10%) + 2,52% para os subcréditos A e B e TLP (IPCA + 3,10%) + 2,12 para o subcrédito C. Em 21 de dezembro de 2018 a Companhia recebeu o primeiro desembolso do contrato de financiamento no valor de R\$ 3.606.505.000 (três bilhões, seiscentos e seis milhões, quinhentos e cinco mil reais) junto ao BNDES e em 27 de dezembro de 2018 foram quitadas a primeira, segunda e quinta emissões de debêntures, com o pagamento do principal e juros. Em 29 de janeiro de 2019 a Companhia recebeu o segundo desembolso do contrato de financiamento no valor de R\$ 817.237.447 (oitocentos e dezessete milhões, duzentos e trinta e sete mil e quatrocentos e quarenta e sete reais) junto ao BNDES. Os subcréditos A e B serão pagos em 268 (duzentos e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela venceu em 15 de junho de 2020 e a última vencerá em 15 de outubro de 2042. Em 19 de junho de 2020 a Companhia recebeu o primeiro desembolso relativo ao subcrédito "C" no valor de R\$ 1.107.735 (um milhão, cento e sete mil, setecentos e trinta e cinco reais) junto ao BNDES. O subcrédito "C" será pago em 199 (cento e noventa e nove) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencida em 15 de abril de 2022 e a última vencerá em 15 de outubro de 2038. **c. Debêntures:** Em 25 de junho de 2021 foi celebrado o Instrumento Particular de Escritura da 7ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, com desembolso em 02 de julho do mesmo ano no valor de R\$ 1.100.000.000 (um bilhão e cem milhões de reais), sendo a primeira amortização em 15 de dezembro de 2021 com o término em 15 de dezembro de 2034. A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 4,8304% a.a. As garantias que suportam o financiamento são compartilhadas com o BNDES, sendo as Contas Reservas constituídas no valor de 3 vezes o serviço da dívida considerando juros e amortização. **d. Garantias:** • Penhor da totalidade das ações da Companhia de direito da SGBH. • Cessão dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão. • Constituição de contas centralizadora e reserva para cumprimento do serviço da dívida. • Garantia corporativa da SGBH até completção físico-financeiro do projeto. Mediante o *completion* físico e financeiro, a garantia fidejussória adicional atrelada ao financiamento junto ao BNDES foi liberada em fevereiro de 2022 e a garantia fidejussória adicional atrelada à 7ª emissão de debêntures da Companhia foi liberada em abril de 2022. As garantias prestadas no âmbito do contrato do BNDES permanecem válidas. **e. Covenants:** A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida, conforme Contrato de Financiamento com o BNDES e Escritura da 7ª emissão de debêntures da Companhia. A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, que deve ser igual ou superior a 1,3. Os covenants são calculados a partir do balancete regulatório conforme contrato do BNDES. Com a reapresentação da Companhia, não houve impacto no índice calculado. Abaixo está o cálculo do índice para o período de 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: (Valores em milhares de Reais, exceto pelo índice calculado)

	31/12/2022	31/12/2021
A) Geração de Caixa	1.310.106	1.175.796
(+) EBITDA	1.356.173	1.229.444
(-) Pagamento de IR + CS	(46.067)	(53.648)
B) Serviço da Dívida	630.427	556.121
(+) Amortização de dívida	271.722	247.034



XINGU RIO

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 23.093.056/0001-33



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

(i) **Processos Cíveis**- Tratam-se de treze ações judiciais nas quais se discute cobrança e obrigações contratuais. (ii) **Servidões** - Trata-se de ação judicial objeto do Processo nº 0000173-43.2016.8.19.0039, do Rio de Janeiro, na qual se discute a constituição de servidão de passagem para implantação de torres destinadas a suportar linhas de transmissão de energia elétrica. (iii) **Processos Trabalhistas** - O risco é composto por reclamações trabalhistas ajuizadas por empregados internos e de Companhias terceirizadas, nas quais se discute o pagamento de verbas contratuais legais e seus reflexos. (iv) **Processos Fiscais** - Referem-se a cobranças de ISS e ICMS apresentadas por Municípios decorrentes principalmente da implantação de torres nas referidas localidades e que não são reconhecidas pela companhia. As principais ações nas quais esses temas são discutidos são as seguintes: Processos número 0000470-05.2022.8.27.2727, no valor de R\$ 2.038.750 (dois milhões, trinta e oito mil, setecentos e cinquenta reais) 0001047-85.2019.8.27.2727, no valor de R\$ 1.693.955 (um milhão, seiscentos e noventa e três mil, novecentos e cinquenta e cinco reais) e 0001160-39.2019.8.27.2727, no valor de R\$ 580.595 (quinhentos e oitenta mil, quinhentos e noventa e cinco reais) do Estado do Tocantins. A maior variação refere-se a um caso administrativo específico (Processo Administrativo nº 17227.720011/2022-71), decorrente de Auto de Infração lavrado objetivando a exigência fiscal de CIDE-Remessas, com valor de exposição de R\$ 3.707.667 (três milhões, setecentos e sete mil, seiscentos e sessenta e sete reais). O procedimento encontra-se em fase inicial e a Companhia apresentou defesa, com documentos, impugnando o lançamento e todo o fundamento utilizado pelo Agente Fiscal para fundamentar a lavratura do referido Auto de Infração. (v) **Processos Ambientais** - A Companhia foi autuada administrativamente por, supostamente, ter deixado de atender condicionante da Licença de Instalação nº 1180/2017, bem como teria constado informação equivocada no Relatório do Subprograma de Afugentamento, Resgate e Soltura de Fauna, apresentado no âmbito do processo de licenciamento ambiental. Os principais casos nos quais se discute os temas aqui referidos são os seguintes: processo número 02015.004529/2019-87, 02015.004527/2019-98, 02015.004525/2019-07 e 02015.004526/2019-43, todos do Estado de Minas Gerais. O valor total envolvido nestes principais processos é de R\$ 403.500 (quatrocentos e três mil e quinhentos reais).

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. **Capital social**: Tendo em vista o excesso de capital social em relação ao objeto e às operações atualmente desenvolvidas pela sociedade, através de AGE realizada em 19 de julho de 2021, os sócios decidem pela redução do capital social, que passou de R\$ 2.771.001.000 (dois bilhões, setecentos e setenta e um milhões e um mil reais) para R\$ 2.291.001.000 (dois bilhões, duzentos e noventa e um milhões e um mil reais), resultando em uma redução de R\$ 480.000.000 (quatrocentos e oitenta milhões de reais), pelo cancelamento de 480.000.000 (quatrocentos e oitenta milhões) de ações ordinárias nominativas, em conformidade com artigo 173 da lei nº 6.404/76. Dessa forma, o capital social da Companhia passa de R\$ 2.771.001.000 (dois bilhões, setecentos e setenta e um milhões e um mil reais) para R\$ 2.291.001.000 (dois bilhões, duzentos e noventa e um milhões e um mil reais), representado por 2.291.001.000 (dois bilhões, duzentos e noventa e um milhões e um mil) ações ordinárias nominativas sem valor nominal com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada. Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 2.291.001.000 (dois bilhões, duzentos e noventa e um milhões e um mil reais). A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2022 e 2021
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	100%

b. **Reserva legal**: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. c. **Reserva de retenção de lucros**: Em 2021 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal, provisão de incentivos fiscais, provisão de juros sobre capital próprio, reversão da reserva especial de lucros a realizar e pagamento de dividendos intermediários, ficando disponível o montante R\$ 2.133.692.813 (dois bilhões, cento e trinta e três milhões, seiscentos e noventa e dois mil e oitocentos e treze reais) na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas, de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal, provisão de incentivos fiscais, provisão de juros sobre capital próprio e pagamento de dividendos intermediários, ficando disponível o montante de R\$ 1.619.407.885 (um bilhão, seiscentos e dezenove milhões, quatrocentos e sete mil, oitocentos e oitenta e cinco reais). d. **Reserva especial de lucros a realizar**: Em 01 de janeiro de 2018, a Companhia destinou para a conta de reserva especial de lucros a realizar os resultados decorrentes da adoção inicial do CPC 47 no montante de R\$ 676.330.948 (seiscentos e setenta e seis milhões, trezentos e trinta mil, novecentos e quarenta e oito reais). Esses valores também foram base para a constituição de reserva legal. Em 2021 esse valor foi revertido e passou a integrar a reserva de retenção de lucros. e. **Reserva de incentivos fiscais**: A Companhia possui direito ao benefício fiscal conferido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que permite a redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) calculados sobre a metodologia denominada "Lucro da exploração". Esse benefício corresponde a uma redução de 75% sobre as receitas auferidas com a concessão do serviço público das linhas de transmissão de energia elétrica localizadas na área incentivada pelo período de 10 anos. O incentivo fiscal foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do Despacho Decisório nº 103/2021/EBEN-DEVAT07/DRF/NIT de fevereiro de 2021, podendo ser fruído de janeiro de 2020 a dezembro de 2029. Embora tenha sido emitido no ano calendário de 2021, o despacho decisório da RFB retroage ao ano anterior, portanto, o incentivo fiscal pode ser gozado a partir de janeiro de 2020. Conforme determina a legislação, o valor dos tributos não recolhidos em decorrência das isenções e reduções da carga tributária não pode ser distribuído aos acionistas e deve ser registrado como reserva de incentivos fiscais à pessoa jurídica. Essa reserva só deve ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumentar o capital da Companhia. De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 24, o valor deve ser registrado na reserva de incentivos fiscais das demonstrações financeiras correntes por se tratar de um evento ocorrido entre o encerramento do exercício e a data final de emissão das demonstrações financeiras. O valor acumulado do benefício concedido à Companhia foi no montante de R\$33.214.502 (trinta e três milhões, duzentos e quatorze mil, quinhentos e dois reais) em 31 de dezembro de 2021. O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 58.250.460 (cinquenta e oito milhões, duzentos e cinquenta mil e quatrocentos e sessenta reais). f. **Dividendos e juros sobre capital próprio**: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

	31/12/2022	31/12/2021
		(Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	572.612.767	481.357.326
Ajuste de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais	-	87.809.478
Reserva legal (5%)	(28.630.638)	(28.458.340)
Base de cálculo para os dividendos	543.982.129	540.708.464
Dividendo mínimo obrigatório	5.439.821	5.407.085
Juros sobre capital próprio (i)	(20.677.509)	(58.645.007)

(i) Os Juros sobre o Capital Próprio (JCP), foi calculado sobre o Patrimônio Líquido da Companhia com base na aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pro rata die, conforme determina a Lei nº 9.249/1995, e aprovado pelos acionistas através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 14/12/2022. Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de junho de 2021, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 49.575.471 (quarenta e nove milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e um reais). Esse montante, bem como o valor de dividendos de exercícios anteriores, foi pago em agosto de 2021 totalizando R\$ 50.064.523 (cinquenta milhões, sessenta e quatro mil, quinhentos e vinte e três reais). Através da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2021, a Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 58.647.007 (cinquenta e oito milhões seiscentos e quarenta e sete mil e sete reais) referente ao exercício social de 2021. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 8.798.751 (oito milhões, setecentos e noventa e oito mil, setecentos e cinquenta e um reais) o que gerou um valor líquido a pagar de R\$ 49.848.255 (quarenta e nove milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, duzentos e cinquenta e cinco reais). Esse montante foi totalmente pago em dezembro de 2021. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo. Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2022, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 650.000.000 (seiscentos e cinquenta milhões de reais). Esse montante foi pago em 25 de abril de 2022. Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de maio de 2022, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de

lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 330.241.292 (trezentos e trinta milhões, duzentos e quarenta e um mil, duzentos e noventa e dois reais). Esse montante foi pago no decorrer do exercício de 2022. Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de dezembro de 2022, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 32.312.298 (trinta e dois milhões, trezentos e doze mil, duzentos e noventa e oito reais). Esse montante foi pago em 20 de dezembro de 2022. Através da ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de dezembro de 2022, os acionistas aprovaram, por unanimidade, o pagamento de juros sobre capital próprio no valor total de R\$ 20.677.509 (vinte milhões, seiscentos e setenta e sete mil, quinhentos e nove reais) referente ao exercício social de 2022. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 3.101.626 (três milhões, cento e um mil, seiscentos e vinte e seis reais) o que gerou um valor líquido a pagar de R\$ 17.575.883 (dezessete milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e três reais). Esse montante foi totalmente pago em 27 de dezembro de 2022. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo para o exercício de 2022.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2022	31/12/2021
		(Reapresentado)
Receita operacional bruta	1.879.123.307	1.955.730.751
Receita de operação e manutenção (i)	284.772.342	256.413.283
Remuneração do ativo de contrato (ii)	1.535.749.496	1.490.826.098
Outras receitas (iii)	58.601.469	208.491.370
Deduções da receita operacional	(193.486.573)	(201.424.959)
PIS e COFINS correntes	(151.680.351)	(136.154.238)
PIS e COFINS diferidos	(22.169.003)	(44.750.857)
P&D (iv)	(14.681.409)	(13.152.636)
TFSEE (v)	(4.955.810)	(7.367.228)
	1.685.636.734	1.754.305.792

(i) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção. (ii) Aumento devido a variação do saldo do ativo contratual sobre o qual é calculada a remuneração. (iii) Variação refere-se ao fato de que as outras receitas são calculadas como um diferencial da RAP no modelo da adoção para a RAP homologada pela ANEEL. Uma vez que o IPCA apresentou uma tendência de queda recente quando comparado aos patamares observados no fechamento de 2021, e por consequência, retornou à patamares mais próximos dos considerados no modelo da adoção. (iv) P&D: Conforme as Resoluções ANEEL 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. (v) TFSEE: Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 14 de julho de 2020, através do Despacho nº 1.904 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas às competências de julho de 2022 a junho de 2023 de R\$ 4.300.919 (quatro milhões, quatrocentos e trinta e um mil, novecentos e dezoito reais).

17. CUSTO DA OPERAÇÃO

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal (i)	(43.363.947)	(30.013.071)
Material	(6.204.161)	(4.291.734)
Serviços de terceiros (ii)	(23.346.670)	(13.186.759)
Arrendamentos e aluguéis	(1.870.233)	(1.340.389)
Seguros	(6.184.641)	(4.634.557)
Tributos (iii)	(404.049)	(2.620.388)
Custo de operação e manutenção (iv)	(26.666.943)	(7.846.360)
Outras	(7.695.650)	(7.249.910)
	(115.736.294)	(71.183.168)

(i) Variação refere-se substancialmente a inclusão da Companhia no Roteiro 699 e aumento na despesa de bônus devido melhores resultados no Programa de KPI e contratação de novos colaboradores no final de 2022. (ii) Variação refere-se principalmente a contratação de serviços especializados de assistência técnica in loco, prestação de serviço do sistema de segurança Cybernetica da subestação Terminal Rio. (iii) Variação refere-se a ICMS pagos ao longo de 2021. (iv) Variação refere-se substancialmente na construção de galpões para Almoarifado com estrutura em concreto Pré-Moldado e/ou Metálica e construção de área coberta para estacionamento de veículos para as 10 sedes de manutenção e operação ao longo das linhas de transmissão da XRTE e compra de equipamentos de informática.

18. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal (i)	(29.682.636)	(11.100.869)
Materiais	(743.753)	(508.801)
Serviços de terceiros (ii)	(4.401.440)	(1.875.463)
Arrendamentos e aluguéis	(2.662.207)	(1.846.790)
Provisão (iii)	(9.349.890)	(848.125)
Tributos	(64.175)	(67.284)
Depreciação e amortização	(680.802)	(645.733)
Seguros	(31.080)	(20.703)
Taxas bancárias	(364.191)	(54.935)
Telecomunicação	(529.090)	(166.921)
Despesas com viagens	(368.995)	(795.503)
Outras	(2.051.712)	(1.033.605)
	(50.929.971)	(18.964.732)

(i) Variação de despesas com pessoal, em cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, onde em 2022 a Companhia foi incluída no contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. (ii) Variação refere-se a despesas com publicação e rateio de serviços de terceiros em cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, onde em 2022 a Companhia foi incluída no contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. (iii) Variação refere-se substancialmente a provisão para perda de crédito esperada (PCE) referente ao AVC complementar do grupo Quinturará de junho/2022 ainda não recebidos conforme nota explicativa 7.

19. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	31/12/2022	31/12/2021
		(Reapresentado)
Reserva SUDAM (i)	29.469.035	(4.433.077)
Receitas de contratos de compartilhamento de infraestrutura (CC) (ii)	365.950	1.729.375
Gastos diversos serviços de O&M	(800.580)	(681.903)
Serviços de terceiros	(138.426)	(618.019)
Outras despesas	(1.541.751)	(160.613)
	27.354.228	(4.164.237)

(i) Valor refere-se a reserva de incentivo fiscal foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do Despacho Decisório nº 103/2021/EBEN-DEVAT07/DRF/NIT de fevereiro de 2021. (ii) Variação refere-se a faturamentos no exercício de 2021 de contratos novos de CC) e da receita de dispêndios (reembolso do custo dos estudos técnicos vinculados à concessão da Companhia ganhadora do Leilão nos termos do art. 21 da lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995).

20. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2022	31/12/2021
Receita financeira	44.898.747	27.923.704
Receitas de aplicações financeiras (i)	46.743.999	26.969.308
Outras receitas financeiras (ii)	345.065	2.318.169
Tributos sobre receitas financeiras	(2.190.317)	(1.363.773)
Despesa financeira	(754.164.004)	(924.555.374)
Juros sobre empréstimos - terceiros	(360.869.282)	(314.651.551)
Juros empréstimos partes relacionadas (iii)	-	(16.315.188)
Atualizações TLP (iv)	(322.195.543)	(524.212.057)
Variações monetárias	(67.048.466)	(64.519.133)
Multas e acréscimos moratórios	(194.412)	(624.329)
IOF, comissões e taxas	(860)	(15.103)
Outras despesas financeiras	(3.855.441)	(4.218.013)
	(709.265.257)	(896.631.670)

(i) Variação refere-se substancialmente ao aumento das aplicações em CDB/CDI ao longo do ano de 2022. (ii) Variação refere-se substancialmente a atualização monetária (SELIC) do saldo negativo de IRPJ e CSLL de 2017 a 2019 no exercício de 2021. (iii) A redução nos juros de empréstimos com partes relacionadas ocorreu devido à quitação do empréstimo com a SGBH no exercício de 2021, conforme mencionado na nota explicativa 12. (iv) Variação refere-se devido a alta na taxa TLP do empréstimo com o BNDES calculada também com a meta da inflação.

21. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (LUCRO REAL)

	31/12/2022	31/12/2021
		(Reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	837.059.440	763.361.985
Adições/Exclusões não dedutíveis	32.713.552	36.808.745
Ajustes ICPC 01	(446.254.616)	(706.750.409)
Doações e subvenções para investimento	(29.469.036)	4.433.077
Juros s/Capital próprio	(20.677.509)	(58.645.007)
Outros	(1.779.192)	-
Lucro Real	371.592.639	39.208.391
Compensação PF/BN (30%)	(111.477.792)	(11.762.517)
Lucro Real (Após Compensação)	260.114.847	27.445.874
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(65.004.712)	(6.837.468)
Inc. Fiscais	883.963	473.423
IRPJ devido (25%)	(64.120.749)	(6.364.045)
CSLL (9%)	(23.522.425)	(2.470.129)
IR e CS correntes (ajuste de anos anteriores) (i)	-	27.718.410
IR e CS correntes	(87.643.174)	(8.834.174)
IR e CS diferidos	(176.803.499)	(300.888.895)
	(264.446.673)	(282.004.659)

Aliquota efetiva 10,5% 1,2% (i) A Companhia ajustou a tributação das Receitas de O&M (IFRIC 12) referente ao ano calendário de 2020, o que ocasionou o ajuste no ano calendário de 2021.

22. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e Companhias do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

	31/12/2022	31/12/2021
22.1 Ativo		
Contas a receber - partes relacionadas	722.878	10.276
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	720.489	-
Intercompany PRTE - despesas de pessoal	-	10.276
Intercompany ETEE - despesas de ISS	2.389	-
22.2 Passivo		
	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores - partes relacionadas	29.241.680	37.400
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	18.480.272	-
Serviços de engenharia CET Brazil (ii)	10.718.808	-
Serviços de engenharia XPTT Brasil	42.600	-
Serviços de engenharia SGSE (iii)	-	37.400
22.3 Resultado		
	31/12/2022	31/12/2021
Resultado - partes relacionadas	30.530.722	(18.829.093)
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	34.411.637	-
Serviços de engenharia SGSE (iii)	(1.063.691)	(681.436)
Aluguel (iv)	(2.817.224)	(1.832.469)
Juros de empréstimo com a SGBH (nota explicativa 20)	-	(16.315.188)

(i) Em 01 de julho de 2022 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo incluiu a Companhia no contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. (ii) Variação refere-se a serviços de engenharia prestados pela CET Brazil Transmissão de Energia realizados em 2022. (iii) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. ("SGSE") é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos, estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia, assim como serviços de consultoria e gerenciamento de projeto especializado em P&D. Em Dezembro de 2021 a Companhia assinou contrato com a SGSE para a prestação de serviços especializados de consultoria e gerenciamento de P&D para o período de 2022 a 2023. (iv) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio. **22.4 Remuneração da Administração (pessoal - chave)**: As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidas no resultado do período, estão apresentadas como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Valores reconhecidos no resultado		
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	2.546.563	1.775.481
Benefícios diretos e indiretos	1.144.525	805.207
Encargos	1.144.937	752.250
Provisões (13 salário, férias e bôn		



XINGU RIO

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 23.093.056/0001-33



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. **b. Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração, está apresentado abaixo:

Efeito em Reais	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros		
Caixa e equivalente	192.153.812	610.338.736
Títulos de valores mobiliários	160.422.521	139.102.092
Contas a receber partes relacionadas	722.878	10.276
Concessionária e permissionárias	162.340.592	152.522.264

Passivos Financeiros

Empréstimos e financiamentos - Terceiros	6.572.145.028	6.452.484.667
--	---------------	---------------

c. Riscos cambiais: Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. **d. Risco de crédito:** O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento da garantia dos contratos. **e. Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma

ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

24. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

25. SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	Inspeção	28/08/2021	728.586
XRTE-ENG-2018-0547	ACX Engenharia Ltda.	Contrato para elaboração e construção de 10 (dez) instalações/sedes e subseções de manutenção e operação	31/10/2018	432.206
XRTE-ADM-2019-0985	Doraci Maria Faiz Kuster	Contrato aluguel apto chineses em Altamira	30/09/2020	18.928
XRTE-AD-2021-3908	Lacus Service Locação Eireli	Contrato serviço de limpeza SS Xingu	08/03/2021	163.219
XRTE-AD-2021-4164	J. S. Soares Transportes Ltda.	Contrato serviço de transporte SS Xingu	03/11/2021	221.485
XRTE-UHV-2021-4172	Bird Solutions e Tecnologia - Eireli	Contrato de locação de repetidoras para SS Xingu	12/11/2021	35.000
XRTE-UHV-2021-4473	Wecom com Dist. e Serv. em Tec. da Informação S.A.	Contrato de fornecimento de byne table	16/12/2021	154.581
				1.754.005

Cronograma de vencimento 2023

sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2022	31/12/2021
Responsabilidade civil	Risco civil	30.000.000	30.000.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	5.414.633.000	5.414.633.000
Veículos	Carros	10.454.787	9.307.120
Equipamentos	Equipamentos	11.065.862	9.324.860
		5.466.153.649	5.463.264.980

26. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo a pagar refere-se ao montante total de R\$ 1.754.005 (um milhão, setecentos e cinquenta e quatro mil e cinco reais). Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Data	Total
28/08/2021	728.586
31/10/2018	432.206
30/09/2020	18.928
08/03/2021	163.219
03/11/2021	221.485
12/11/2021	35.000
16/12/2021	154.581
	1.754.005
	Em R\$
	1.754.005
	1.754.005

DIRETORIA

Sun Tao
Procurador

Yesheng Wang
Vice-Presidente

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Reapresentação das demonstrações financeiras:** Em 11 de março de 2022 emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre as Demonstrações Financeiras da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa nº 4, essas Demonstrações Financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir os ajustes identificados na aplicação das premissas utilizadas na mensuração do ativo de contrato descrito na referida nota explicativa. Conseqüentemente, nossa opinião considera estas alterações e substitui a opinião anteriormente emitida. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com clientes:** Veja a Nota 3.4, 10 e 16 das demonstrações financeiras. **Principais assuntos de auditoria:** Conforme os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, a Companhia é responsável pela construção da infraestrutura de transmissão para transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. De acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, a Companhia reconhece: (i) um ativo de contrato a medida em que são concluídas as obrigações de desempenho relacionadas a construção da infraestrutura, (ii) receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, a partir da entrada em operação, utilizando a taxa de desconto definida no início do projeto. A estimativa do valor do ativo de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolveu, em seu reconhecimento inicial, o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Espera-se que as premissas utilizadas para mensuração e reconhecimento inicial permaneçam inalteradas para as mensurações prospectivas em

datas-bases subsequentes. Devido à especificidade e relevância dos ativos de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração reconhecidas em conjunto das demonstrações financeiras, além de possuírem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis, consideramos a atualização dessas rubricas como assunto significativo para a nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) Entendimento do desenho e implementação dos processos relevantes; (ii) A leitura dos contratos de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço dos contratos; (iii) Verificação, com o apoio de especialistas em finanças corporativas: (a) se a metodologia de avaliação foi elaborada de forma consistente com as práticas normalmente utilizadas para determinar os fluxos de caixa e a taxa de financiamento; e (b) se as premissas (taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), e a taxa de financiamento) estão fundamentadas em dados históricos e/ou mercado e com os orçamentos aprovados pela Companhia, permanecendo inalteradas em relação as premissas utilizadas no exercício anterior; (iv) Verificação se as bases de receita utilizadas para mensuração do ativo de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração sobre o ativo de contrato são consistentes com os valores autorizados pelas resoluções homologatórias nº 3.067/2022 e nº 2.895/2021, e com os respectivos AVCs (avisos de créditos); (v) Verificação se os cálculos matemáticos para determinar os valores das estimativas estão adequados; (vi) A avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a estimativa do ativo de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em

conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2023



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador - CRC RJ-086312/O-6

